



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

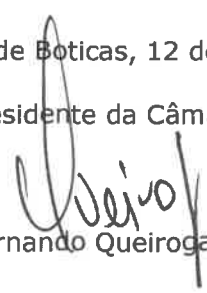
EMPREITADA DE

“Reparação de caminhos agrícolas para realização de treinos de WRC (Troço 2- Zona Poente (Dornelas A, B e Muro))”

Documento composto por 30 Páginas, numeradas de 1 a 30

Câmara Municipal de Boticas, 12 de março de 2018

O Presidente da Câmara



(Fernando Queiroga)

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE
2. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCESSO
3. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS PATENTEADAS NO CONCURSO
4. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS
5. INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS
6. PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS
7. ENTREGA DA PROPOSTA ELETRÓNICA
8. RETIRADA DA PROPOSTA
9. FORMA DA PROPOSTA
10. PROPOSTAS VARIANTES
11. RECURSO AO AJUSTE DIRETO
12. PRAZO DE EXECUÇÃO
13. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA
14. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA
15. AGRUPAMENTOS
16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO
17. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
18. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA
19. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES
20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS
21. JÚRI DO CONCURSO
22. AUDIÊNCIA PRÉVIA
23. RELATÓRIO FINAL
24. ADJUDICAÇÃO, ENTREGA DE DOCUMENTOS E CONTRATO
25. NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
26. PREÇO CONSIDERADO ANORMALMENTE BAIXO
27. ENCARGOS DO CONCORRENTE
28. CONSULTA DA LISTA DOS CANDIDATOS E DAS PROPOSTAS / SOLUÇÕES / CANDIDATURAS APRESENTADAS
29. FORMATO DOS FICHEIROS
30. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1.1. O presente concurso tem por objeto a adjudicação da execução da empreitada de **"Reparação de caminhos agrícolas para realização de treinos de WRC (Troço 2- Zona Poente (Dornelas A, B e Muro))"**

1.2. A Entidade Adjudicante é a "Câmara Municipal de Boticas", devendo a decisão de contratar ser tomada por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

2. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCESSO

2.1. O processo do concurso para a execução da empreitada de "Reparação de caminhos agrícolas para realização de treinos de WRC (Troço 1- Zona Nascente (Pinho e Sr. Monte))" encontra-se patente na "Câmara Municipal", sita na "Praça do Município" onde pode ser examinado, das 9:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2.2. As peças do concurso, serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública vortalNEXT acessível através do sítio eletrónico govpt.vortal.biz, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, SA., desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

2.3. Para simples consulta das peças de procedimento em suporte de papel dever-se-á dirigir à "Município de Boticas" no período compreendido entre 9 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, onde a sua consulta será disponibilizada gratuitamente.

2.4 O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Para ter acesso à plataforma da Vortal, deverá efetuar os seguintes passos:

- a. No endereço eletrónico <http://www.vortalgov.pt>, seleccione **"Produtos"** e posteriormente aceder a **"UNIVERSAL"**.
- b. Clique em **"Aderir"**.
- c. Preencha os dados do seu utilizador e clique em **"Quero Aderir"**.
- d. No endereço de e-mail indicado no registo irá receber um e-mail para ativar o seu utilizador.
- e. Clique no link disponível no e-mail e aceda com o seu login na plataforma.

- f. Selecione a opção **"Criar Empresa"** e clique em **"Seguinte"**.
- g. Selecione o país e preencha o NIF da sua empresa, clique em **"Validar"**.
- h. Clique em **"Criar Entidade"**.
- i. Preencha os dados da sua empresa.
- j. No campo **"Qual a ação que pretende efetuar na plataforma?"** selecione a opção **"Vender"**.
- k. Assinale a opção **"Li e aceito as Condições Gerais de Adesão"**
- l. Clique em **"Criar Empresa"**.
- m. Clique em **"Sair"**.
- n. Faça **login** novamente, a empresa já se encontra ativa.

2.5 Mais informação em <http://www.vortalgov.pt> - **"Produtos"** e **"Concorrentes | Fornecedores"** ou através do número 707 20 27 12.

2.6. Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador de alguma plataforma eletrónica da Vortal como por exemplo <http://www.econstroi.com>.

3. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS PATENTEADAS NO CONCURSO

3.1. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas deverão ser apresentados, por escrito, através da plataforma eletrónica vortalNEXT no menu esclarecimentos, para o Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri do Concurso, por escrito, através da plataforma eletrónica vortalNEXT na ferramenta de mensagens/comunicações, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

3.3. O [órgão referido em 1.2.] poderá proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e nos prazos referidos nos números anteriores.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos e retificações ao Concorrente que os solicitou juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação dos mesmos a todos os interessados que as tenham adquirido.

3.5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

4. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

4.1. Para os efeitos do disposto no Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, são erros e omissões do caderno de encargos:

a) Os que digam respeito a :

i) Aspectos ou a dados que se revelem desconformes com a realidade;

ii) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou

iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o Concorrente não considere exequíveis;

b) Erros e omissões do projeto que não se incluam na alínea anterior.

4.2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar, através da ferramenta mensagens/esclarecimentos da plataforma vortalNEXT, ao [Órgão referido em 1.2.] uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4.3. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artº 378º.

4.4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso :

a. O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;

- b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos que , até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4.5. O Órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

4.6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder á retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no numero 4.4 , ou até ao final do prazo de entrega das candidaturas ou propostas , devendo neste caso atender-se ao disposto no artº 64º.

4.7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

4.8. Quando as retificações ou os esclarecimentos, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado , no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

Em todas as demais situações aplica-se o estipulado no artigo 64.º do CCP.

5. INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

5.1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados deverão inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições do terreno que influam no modo de execução da obra e, se a "Câmara Municipal de Boticas" assim o entender, serão acompanhados por um elemento por esta designado.

5.2. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.

5.3. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o Concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos referentes à empreitada, tendo

procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento de todos os trabalhos objeto do presente Concurso.

5.4. Os interessados que efetuarem os estudos e/ou reconhecimento referidos em 5.1, fazem-no por sua própria responsabilidade, sendo da sua responsabilidade o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.

5.5. Os interessados deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionantes ao desenvolvimento da obra, nomeadamente, as dificuldades que se poderão registar em termos de acesso ao local de trabalho, dos equipamentos, dos materiais e do espaço disponível para a instalação do estaleiro.

5.6. Os interessados deverão analisar cuidadosamente a eventual implicação dos trabalhos com a circulação rodoviária e pedonal. Deverão, nomeadamente, verificar a eventual necessidade de considerar desvios de tráfego provisórios, bem como a de garantir os fluxos da circulação rodoviária e pedonal existentes. Os eventuais restabelecimentos provisórios para desvios de tráfego rodoviário e pedonal deverão ser executados de acordo com a legislação aplicável e os regulamentos municipais e ser submetidos à aprovação das entidades competentes. O seu custo considera-se incluído no preço contratual da empreitada.

5.7. Os interessados deverão ter em conta a necessidade de realização de trabalhos referentes aos serviços afetados assinalados nos Desenhos de Projeto, trabalhos estes cuja execução lhes poderá vir a ser solicitada, total ou parcialmente, de acordo com a decisão a tomar oportunamente pela "Câmara Municipal de Boticas", caso não estejam desde já incluídos no mapa de quantidades de trabalho patenteado no concurso.

6. PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

6.1. As propostas bem como os documentos que as integram serão entregues até ao dia fixado no Anúncio.

7. ENTREGA DA PROPOSTA ELETRÓNICA

7.1 A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico **govpt.vortal.pt**, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, SA.

7.2 A proposta deverá incluir nas áreas **"1 - Dados Gerais"**, **"2 - Questionário"** e **"3 - Documentos"**, as seguintes informações, sem prejuízo de outras que o Interessado entenda convenientes:

Área: 1 - "Dados Gerais"

- Referência Interna

Campo a preencher pelo Interessado, indicando a referência interna dada à proposta.

- Referência da Proposta

Campo a preencher pelo Interessado, indicando a referência dada à proposta.

Área: 2 - "Questionário"

Responder às questões indicadas.

• **Mapa de Quantidades**

Quando existe mapa de quantidades, a coluna "Preço Unitário" deve ser preenchida com os valores a apresentar pelo concorrente, tendo atenção às unidades referenciadas nas colunas "Descrição", "Qt" (quantidade) e "Unidade".

Após preencher o **"Questionário"**, deverá selecionar o **"Formulário Principal"** para preencher as questões obrigatórias.

• Formulário Principal

- Preencher o **"Prazo de execução dos trabalhos/obra"** em dias
- Preencher o **"Código da Proposta"** de acordo com os números 1 e 2 do artigo 13.º do DL n.º 143-A/2008 de 25 de Julho.
- Selecionar a opção **"Confirmar"**, que os dados estão corretos e refletem o conteúdo da proposta/candidatura.

Após o preenchimento de todos os campos clique em **"Fechar Questionário"**. Se houver alguma informação em falta irá surgir uma mensagem a vermelho com essa indicação e o questionário mantém-se aberto. Se estiver tudo preenchido o questionário é fechado.

Área: 3 - "Documentos"

Além de ser possível anexar os documentos solicitados, é também possível anexar outros documentos à proposta/candidatura.

Para o fazer:

- a. Clique em "**Opções**".
- b. Clique em "**Adicionar Documentos**".
- c. Clique em "**Adicionar Documento**".
- d. Selecione o ficheiro pretendido.
- e. Clique em "**Selecionar**" no ficheiro que anexou.

Caso tenha solicitado a classificação dos documentos como confidenciais e a entidade ter aceiteado deverá seleccionar a opção "**Confidencial**".

Submissão da Proposta/Candidatura

Após anexar os documentos que compõem a proposta o Interessado deverá seleccionar as seguintes opções:

1. "**Concluir Proposta**";
2. "**Assinar Todos**";
3. "**Encriptar e Submeter**"
4. Por último, deverá aceitar os "Termos e condições de Submissão de Propostas" e seleccionar a opção "Submeter"

8. RETIRADA DA PROPOSTA

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do Código dos Contratos Públicos.

9. FORMA DA PROPOSTA

9.1. A proposta será redigida em língua portuguesa e processada informaticamente.

9.2. A proposta será carregada na plataforma eletrónica, devendo ser assinada eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada,

sendo que no caso em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante., de acordo com o estipulado no nº7 do artº 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

A não apresentação deste documento permitirá excluir a proposta.

9.3. O preço da proposta será expresso em Euros e não incluirá o imposto sobre o valor acrescentado.

9.4. A não valorização de todos os itens do mapa de quantidades de trabalho permitirá excluir a proposta de preço apresentada a concurso.

10. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

11. RECURSO AO AJUSTE DIRETO

A "Câmara Municipal de Boticas" poderá vir, no futuro, a recorrer à celebração de novo contrato por ajuste direto com o Adjudicatário do presente concurso, nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Código dos Contratos Públicos.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da empreitada é de **10 dias**.

13. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

13.1. A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente programa do procedimento do qual faz parte integrante do mesmo.

- b) Declaração com indicação do preço contratual, elaborada de acordo com o anexo III ao presente programa do procedimento;
- c) Lista dos preços unitários, elaborada diretamente na plataforma eletrônica;
- d) Programa de Trabalhos, de acordo com o previsto em 13.5 a 13.8 incluindo:
 - d1) Plano de Trabalhos;
 - d2) Plano de Mão-de-Obra;
 - d3) Plano de Equipamento;
 - d4) Cronograma Financeiro.
- e) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;

13.2. A Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, referida em 13.1a), deverá observar o disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

13.3. Na declaração de preço contratual, referida em 13.1b), o Concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, indicando nomeadamente os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, IMPIC., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º desse diploma, para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações.

13.4. O disposto no número anterior é aplicável aos Agrupamentos Concorrentes, devendo estes, para o efeito, indicar na proposta, os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.

13.5. O Plano de Trabalhos referido na alínea d1) do ponto 13.1 incluirá um esquema em Diagrama de Faseamento da obra que deverá ser detalhado, tendo como escala de tempo o dia e sob a forma de Diagrama de Barras (Gráfico de Gantt). Este plano deverá conter, como requisitos mínimos:

- a) Uma coluna com a data de início, fim e duração em dias, de cada atividade.
- b) Indicação das precedências das atividades, bastando para isso a colocação de uma coluna no Plano de Trabalhos, com a designação das respetivas precedências.
- c) É importante que o programa de trabalho esteja detalhado nas mesmas atividades consideradas no orçamento, mostrando as interligações entre as diversas atividades e a duração destas, para que em qualquer momento possa saber-se se determinada ou determinadas atividades estão ou não a ser realizadas no momento oportuno e programado.

13.6. O Plano de Mão-de-Obra referido na alínea d2) do ponto 13.1 deverá ser elaborado em harmonia com o Plano de Trabalhos.

13.7. O Plano de Equipamento referido na alínea d3) do ponto 13.1 deverá ser elaborado em harmonia com o Plano de Trabalhos.

13.8. O Cronograma Financeiro referido na alínea d4) do ponto 13.1 deverá conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo Empreiteiro, de acordo com o Plano de Trabalhos a que diga respeito.

13.9. Fica expressamente consignado que serão igualmente excluídas as propostas cujo Plano de Trabalhos não cumpra o estipulado no ponto 5 da 13ª cláusula do Caderno de Encargos do concurso, sem prejuízo dos demais casos em que a exclusão se imponha nos termos previstos na legislação aplicável, nomeadamente nos artigos 70.º e 146.º do CCP.

13.10. Os Concorrentes deverão ainda apresentar, quando aplicável, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo.

13.11. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

13.12. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do Código dos Contratos Públicos.

13.13. As propostas que não incluírem algum dos documentos referidos no ponto 13.1, serão excluídos ao abrigo da alínea d) do artº146º do CCP.

14. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

14.1. Os documentos que constituem a proposta serão apresentados conforme indicado no ponto 13. , sob pena de exclusão da proposta.

14.2. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do ponto 13.1, deverá satisfazer os requisitos fixados no n.º. 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

14.3. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

15. AGRUPAMENTOS

15.1. Ao concurso poderão apresentar-se Agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, e do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

15.2. A constituição jurídica dos Agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante a "Câmara Municipal de Boticas", pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do Agrupamento e/ou do Consórcio terá de ser autorizada previamente pela "Câmara Municipal de Boticas", sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.

15.3. Todas as empresas constituintes de Agrupamento ou Consórcio têm de apresentar os documentos de habilitação referidos no ponto 16 que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 84.º do Código dos Contratos Públicos.

15.4. Os membros de um Agrupamento Concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no presente concurso, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.

15.5. No caso de a adjudicação da empreitada ser feita a um Agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos: cópia do Contrato de Consórcio, procuração outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato

dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações do dono da obra ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado. Deve indicar-se a percentagem de participação de cada um dos elementos do Consórcio e a indicação do líder do Consórcio.

15.6. Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o Agrupamento ou Consórcio deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

16.1. No prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo anexo II ao presente programa do procedimento e do qual faz parte integrante.
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.
- c) Alvará ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da construção, contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra, a saber:
 - A 2ª subcategoria da 5ª categoria em classe correspondente ao valor global da proposta.
 - A 7ª subcategoria da 5ª categoria em classe correspondente ao valor dos trabalhos a que lhe respeitem.
- d) Declaração relativa a Trabalhadores Imigrantes, nos termos do Anexo IV do presente Programa do Procedimento, ou declaração de não aplicabilidade, consoante o caso;
- e) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa adjudicatária, ou de cada uma das empresas constituintes do Agrupamento Adjudicatário, mencionando os nomes e qualificações de todos os técnicos a afetar à empreitada, com indicação do seu vínculo ao Concorrente;
- f) Curriculum vitae dos técnicos referidos na alínea anterior, nos quais deverão ser descritas as habilitações e experiência profissional relevante para a presente empreitada.

16.2. Caso o Adjudicatário não disponha de alguma das habilitações exigidas em 16.1c), juntará aos documentos de habilitação os alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, IMPIC, contendo as habilitações acima referidas dos Subempreiteiros, desde que acompanhados de declaração

através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes em conformidade com o n.º 2 do artº 2º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro.

16.3. O Adjudicatário ou um Subempreiteiro, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, que não seja titular dos documentos referidos em 16.1c), deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração emitida pelo IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará contendo as habilitações acima referidas em 16.1c).

Como complemento aos documentos de habilitação deverão ainda apresentar:

- Documento de identificação do adjudicatário, caso se trate de uma pessoa singular ou documentos de identificação dos representantes legais da adjudicatária, caso se trate de uma pessoa coletiva. Nestas situações em que o/a adjudicatário(a) for representado(a) por procurador juntar a competente procuração.

Alerta-se que, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 5º da Lei 7/2007, de 5 de fevereiro é interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio, sem consentimento do titular. Em caso de disponibilização do mesmo, considera-se um ato devidamente informado e consentido.

17. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação vortalGOV na funcionalidade Mensagens/Comunicações, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

17.2. A apresentação, nos termos do número anterior, poderá ser substituída por indicação do endereço Internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos casos previstos no n.º 2, do artigo 83º, do Código dos Contratos Públicos.

17.3. Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a "Câmara Municipal de Boticas" consulte a informação prevista no n.º 3 do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, é dispensada a

sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a "Câmara Municipal de Boticas", é o contribuinte n.º 506886964, podendo com esse número o Concorrente formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do ponto 16.1.

17.4. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

18. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Os Concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

19. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES

19.1. O Júri do Concurso pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.

19.2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2, do artigo 72º, do Código dos Contratos Públicos.

19.3. Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo do concurso, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos.

20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

20.1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores e subfactores, com a respetiva ponderação:

Fatores:

- Preço (P)
- Valia Técnica da Proposta (V)

As propostas dos concorrentes serão ordenadas por ordem decrescente, consoante a Classificação Final (CF), sendo escolhida a proposta que apresentar a pontuação mais elevada:

- CF é definida pelo polinómio: **CF = 0,70 P + 0,30 V**

Em que,

- P é a pontuação atribuída ao fator "preço" da proposta;
- V é a pontuação atribuída ao fator "valia técnica" da proposta.

Preço

A avaliação do fator "Preço" resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$P = \frac{P_{\text{máx}} - P_{\text{prop}}}{P_{\text{máx}} - P_{\text{min}}} \times 100$$

Em que:

$P_{\text{máx}}$ é o preço base do concurso = **30.000,00€**

P_{min} equivale ao preço de **27.000,00€** tendo por referência o preço considerado anormalmente baixo, fixado no ponto 26 do programa de procedimento.

P_{prop} é o preço da proposta em análise.

Os valores superiores ao preço base não são considerados.

Valia Técnica

A avaliação do fator "valia técnica" resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = 0,55 MD + 0,45 PT$$

Em que:

MD = Memória Descritiva

PT = Plano de Trabalhos

Sendo:

$$MD = 0,55 DE + 0,45 MEE$$

$$PT = 0,50 EP + 0,50 DA$$

Em que:

DE = Descrição da Empreitada

MEE = Modo de Execução da Empreitada

EP = Estruturação do Plano

DA = Detalhe Apresentado

20.2. A restante metodologia para avaliação da "valia técnica" da proposta encontra-se descrita no Anexo V do programa do procedimento.

Nota: Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no fator com maior ponderação.

Caso ainda assim se verifique uma situação de empate entre propostas, para efeitos de desempate será atribuído, às propostas, um número de acordo com a ordem de entrada, ao qual corresponderá uma bola com o mesmo número. Posteriormente será extraída pelo Presidente do júri de forma aleatória uma bola, a que corresponderá a empresa selecionada. A pontuação máxima referente ao subfactor preço, será obtida quando o preço proposto for o Preço Mínimo.

21. JÚRI DO CONCURSO

21.1. As propostas serão analisadas pelo Júri do Concurso, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.

21.2. O Júri do Concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos.

21.3. O Júri do Concurso elaborará um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.

21.4. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentalmente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

22. AUDIÊNCIA PRÉVIA

22.1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos Concorrentes, nos termos do disposto nos artigos 123.º e 147.º do Código dos Contratos Públicos.

22.2. Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do projeto de decisão final para se pronunciarem sobre o mesmo.

22.3. A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de Direito, indicando também as horas e o local onde o processo poderá ser consultado.

23. RELATÓRIO FINAL

23.1. Cumprido o disposto no ponto 22., o Júri do Concurso elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar(no qual constarão referencias aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto do artigo 72º do CCP), podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

23.2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos.

24. ADJUDICAÇÃO, ENTREGA DE DOCUMENTOS E CONTRATO

24.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise das propostas.

24.2. Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:
Apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos por lei e pelo presente Programa do Procedimento;

24.3. Concretizados os procedimentos previstos no número anterior e aprovada pela "Câmara Municipal de Boticas" a minuta do contrato a celebrar, o Adjudicatário é notificado da mesma,

considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

24.4. No caso de o Adjudicatário ser um Agrupamento ou Consórcio, este deverá, até à data da assinatura do contrato, entregar os documentos referidos em 15.5.

24.5. No contrato ficarão indicados os trabalhos a realizar em regime de subempreitada, a identidade dos respetivos Subempreiteiros e as condições relativas aos correspondentes pagamentos, prazos, qualidade dos trabalhos, preços e respetiva revisão. Nos contratos de subempreitada, os interesses da "Câmara Municipal de Boticas", deverão ficar garantidos em condições idênticas às estipuladas no contrato da própria empreitada.

24.6. No cumprimento do disposto no artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, a "Câmara Municipal de Boticas" comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

24.7. Não é exigível a prestação de caução, ao abrigo no estipulado no artº. 88 do CCP.

24.8. O disposto no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos não se aplica ao presente procedimento.

25. NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

25.1. Serão notificados em simultâneo todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

25.2. Os documentos de habilitação deverão ser disponibilizados no processo de concurso para consulta de todos os Concorrentes.

25.3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar á caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de dois dias.

26. PREÇO CONSIDERADO ANORMALMENTE BAIXO

Será considerado preço anormalmente baixo aquele que for inferior ao preço médio obtido com a totalidade das propostas. Entende-se que a média dos preços traduz a realidade do mercado e que as propostas com preços apresentados abaixo do limite fixado, não oferecem garantias para que se atinjam os padrões de qualidade ambicionada para a empreitada em causa, implicando a assunção de riscos não negligenciáveis ao nível da eficiência e qualidade da mesma.

No caso de ter sido apresentada uma única proposta ou de apenas uma proposta ter sido admitida, é considerado preço anormalmente baixo o inferior a um desvio percentual de 10% em relação ao preço base, sendo este o valor de 27.000,00€.

27. ENCARGOS DO CONCORRENTE

São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

28. CONSULTA DA LISTA DOS CANDIDATOS E DAS PROPOSTAS / SOLUÇÕES / CANDIDATURAS APRESENTADAS

28.1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, será disponibilizada através da plataforma vortalGOV a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

28.2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o "Login" introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave.

a) Para efetuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos "respondidos" e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.

b) Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores "Proposta" e "Lista de Concorrentes", podendo visualizar no separador "Proposta", a proposta que apresentaram e no separador "Lista de Concorrentes", os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.

c) De seguida, deverão "clicar" sobre o separador "Lista de concorrentes" e vão poder visualizar a Lista dos concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao "clicar" sobre cada proposta da Lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

29. FORMATO DOS FICHEIROS

Todos os ficheiros a submeter pelos concorrentes, terão que estar obrigatoriamente em **formato PDF** (Portable Document Format).

O formato PDF garante, quando o ficheiro é visualizado online ou impresso, a manutenção exata do formato pretendido, garantindo também que os dados no ficheiro não podem ser facilmente alterados.

30. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º3 do artigo 256.º-A conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a

aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III
Proposta de preço

_____, com sede social em _____, contribuinte fiscal número _____, depois de ter tomado inteiro conhecimento do concurso "Reparação de caminhos agrícolas para realização de treinos de WRC (Troço 2- Zona Poente (Dornelas A, B e Muro))", a que se refere o anúncio nº _____, datado de _____, do Município de Boticas, declara que se obriga a prestar o fornecimento objeto do concurso, em conformidade com o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, pelo seguinte preço global: _____.

Às quantias acima mencionadas acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submeterá em tudo o que respeita à execução do fornecimento ao que se encontra prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

(Data)

(Assinatura)

ANEXO IV

Modelo de Declaração relativa a Trabalhadores Imigrantes

..... (nome do empreiteiro), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, detentor do alvará n.º, com o capital social de com sede em representado(a) pelos Senhores e, na qualidade respetivamente de e (no caso de Agrupamento ou Consórcio, identificação de todas as empresas que o constitui), declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no

n.º 5 do artigo 198º do Decreto-Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos trabalhos da empreitada, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

Data:

Assinatura:

ANEXO V

Metodologia para Avaliação da Valia Técnica da Proposta – Subfactores

MEMÓRIA DESCRITIVA (MD)

	Descrição	Pontuação
Descrição da Empreitada (DE)	Descrição excelente: da obra a realizar, sua envolvente e situação existente. Inclui fotografias tiradas pelo concorrente, descrição exaustiva do estaleiro e respetiva planta com implantação, especificando as condicionantes do projeto existentes para a realização dos trabalhos e modo de as ultrapassar.	100
	Descrição muito detalhada: da obra a realizar, sua envolvente e situação existente. Inclui fotografias tiradas pelo concorrente, descrição muito detalhada do estaleiro e respetiva planta com implantação, especificando as condicionantes do projeto existentes para a realização dos trabalhos e modo de as ultrapassar.	80
	Descrição detalhada: da obra a realizar, sua envolvente e situação existente. Inclui fotografias tiradas pelo concorrente, descrição detalhada do estaleiro e respetiva planta com implantação, especificando as condicionantes do projeto existentes para a realização dos trabalhos e modo de as ultrapassar.	75
	Descrição suficiente: da obra a realizar, sua envolvente e situação existente. Inclui fotografias tiradas pelo concorrente, descrição detalhada do estaleiro e respetiva planta com implantação.	50
	Descrição muito sucinta: da obra a realizar ou falta de descrição do estaleiro ou planta do mesmo.	25
Modo de	Descrição muito pormenorizada dos aspetos técnicos e método da realização dos trabalhos, específicos da empreitada.	100

execução da Empreitada (MEE)	Descrição pormenorizada dos aspetos técnicos e método da realização dos trabalhos , específicos da empreitada.	80
	Descrição suficiente dos aspetos técnicos e método da realização dos trabalhos, específicos da empreitada.	75
	Descrição insuficiente dos aspetos técnicos e método da realização dos trabalhos, específicos da empreitada.	50
	Não descreve os aspetos técnicos e método da realização dos trabalhos, específicos da empreitada.	25

Pretende-se com a descrição feita na **Memória Descritiva e Justificativa**, verificar o efetivo conhecimento que os concorrentes têm da empreitada a realizar, quer no que diz respeito à obra em si, e respetivas condicionantes, assim como o modo como pretendem instalar o estaleiro (área de ocupação, elementos fixos, acessos, etc.), a sua descrição e respetiva planta.

PLANO DE TRABALHOS (PT)

	Descrição	Pontuação
Estruturação do Plano (EP)	Apresenta um Plano elaborado de acordo com as características contantes no Ponto 13.5 deste documento. Para além disso, o plano apresenta colunas com a indicação das unidades e quantidades de cada tarefa, de acordo com as indicadas no Mapa de Medições. Apresenta cumulativamente a indicação gráfica e numa coluna, as respetivas atividades predecessoras de cada atividade.	100
	Apresenta um Plano elaborado de acordo com as características contantes no Ponto 13.5 deste documento. Para além disso, o plano apresenta colunas com a indicação das unidades e quantidades de cada tarefa, de acordo com as indicadas no Mapa de Medições.	50
Detalhe Apresentado (DA)	Apresenta as atividades com o detalhe do mapa de quantidades e o rendimento de cada uma. Apresenta ainda um resumo que relaciona o plano de trabalhos com a mão-de-obra e equipamentos previstos para cada capítulo.	100
	Apresenta as atividades com o detalhe aproximado do mapa de quantidades e o rendimento de cada uma.	50
	Apresenta as atividades com o detalhe aproximado do mapa de quantidades mas sem o rendimento de cada uma.	25

- a) Não serão consideradas atividades críticas: A montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro, a implementação e desenvolvimento do Plano de saúde e Segurança e a Implementação e desenvolvimento do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos.
 - b) Embora no momento de apresentação das propostas, ainda não seja possível definir a data do início e final da empreitada, o concorrente deverá apresentar um data fictícia para o início dos trabalhos, de modo a calcular todas as datas subsequentes. Caso isto não esteja refletido no Plano de trabalhos, será a proposta no subfactor Detalhe apresentado (DA), alvo de uma penalização de 10 pontos.
 - c) Caso a proposta do concorrente, não apresente algum dos elementos constantes na descrição da EP e DA, para cada uma das pontuações, ser-lhe à atribuída a pontuação anterior.
 - d) O Detalhe apresentado no Plano de Trabalhos, é pontuado de acordo com o número de artigos que compõem o Plano de trabalhos entregue pelo empreiteiro. O parâmetro máximo é composto pelo número de artigos e capítulos que compõem o mapa de medições e orçamento constante na plataforma Eletrónica.
- A proposta será alvo de uma penalização de 10 pontos caso se verifiquem descritivos com partes omissas e/ou imperceptíveis de ler.